



Resolução

Pelo Aumento dos Salários, Pela Defesa da Contratação Colectiva, Pelos Direitos

Os trabalhadores da Amarsul, ao longo dos últimos 7 anos sofreram um ataque brutal aos seus rendimentos, pela consequência dos cortes de salários, do aumento do custo de vida e do aumento da carga fiscal.

Com a implementação do programa da troika no nosso país, os trabalhadores da Valorsul e da Amarsul viram os seus rendimentos diminuir, retirados alguns dos seus direitos consagrados na contratação colectiva existente nas duas empresas e muitos outros suspensos.

Passados quase dois anos, desde a privatização da empresa pelo governo do PSD/CDS, que a SUMA/Mota-Engil, o acionista maioritário da empresa insiste em não aumentar os salários, e não respeitar alguns direitos consagrados nos AE em vigor.

Dois anos depois da privatização a SUMA/MOTA-Engil tenta bloquear a contratação colectiva, através da negação do direito á negociação, e da tentativa de imposição sem discussão com os trabalhadores de careiras e salários.

Até hoje, a grande medida que o novo acionista tomou foi a distribuição dos lucros obtidos pela empresa quer os acumulados ao longo de anos sob a gestão publica, quer aqueles que foram obtidos em 2015 e 2016 totalizando hoje mais de 6.8 milhões de euros.

É tempo de dizer basta! É tempo exigirmos a valorização do trabalho e dignificar os trabalhadores que são quem cria a riqueza e os lucros distribuídos pelos acionistas.

Os trabalhadores têm direito ao aumento dos salários, á distribuição da riqueza que produzem e a melhores condições de vida e trabalho.

A AMARSUL tem todas as condições para que os trabalhadores beneficiem de uma justa valorização salarial e profissional!

Pelo aumento dos salários. Durante os últimos 7 anos não foram aumentados os salários dos trabalhadores!

Pelo fim dos vínculos precários. A cada posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato de trabalho efectivo!

Pelo respeito da contratação colectiva existente na empresa!

Pela melhoria das condições de trabalho e respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho!

Por tudo isto, os trabalhadores reunidos em Plenário no dia 30 de Maio 2017, exigem:

- Uma mais justa distribuição da riqueza criada e o aumento dos salários e cláusulas de expressão pecuniária, que permita a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos;
- O respeito e a aplicação integral da contratação colectiva existente na empresa;
- Categorias profissionais ajustadas à função de cada trabalhador e constantes do AE;
- O respeito pelas normas, melhores condições de segurança e saúde no trabalho;

E decidem, em defesa destas exigências, prosseguir e desenvolver todas as formas de luta necessárias para a concretização das suas justas reivindicações nomeadamente efectuando greve nos dias 14 e 16 de junho de 2017.

Decidem ainda, participar na acção convocadas pela CGTP para o dia 3 Junho:

30 Maio 2017

O Plenário